

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Quero lembrar aos nobres srs. deputados que nesta tarde vamos estar aqui votando a licença do governador e do vice-governador. Então, portanto, os deputados se façam presentes no plenário, para a votação.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero aproveitar para dar a notícia que repercutiu nesta tribuna, deputado presidente desta sessão, Kennedy Nunes, já que

v.exa. me anunciou como deputado de Concórdia e tenho orgulho de ser de Concórdia, de ter sido prefeito daquela cidade.

Concórdia tem cinco empresas entre as maiores do Brasil. Saiu agora recentemente o *ranking* das 500 maiores empresa dos estados do sul do país, e Santa Catarina tem 116 dessas maiores empresas: Joinville com 19; Florianópolis com 13; Blumenau com dez; Brusque com cinco; Concórdia com cinco; Itajaí com cinco; São Bento do Sul com cinco; Caçador com quatro; Criciúma com quatro e São José com quatro.

Quero fazer essa referência, citar o número de todas elas e nominar especificamente as cinco de Concórdia: BRF, Copercarga, Conlog - Concórdia Logística S.A, Seta Engenharia, Beneficência Camiliana do Sul. Faço esse registro porque julgo importante também essas empresas catarinenses estarem entre as maiores do país.

Sr. presidente e srs. deputados, quero repercutir também aqui nesta tribuna um assunto importante relacionado à produção do leite em Santa Catarina. Hoje a bacia leiteira catarinense é importantíssima na economia de nosso estado e também para as famílias catarinenses que atuam nessa atividade. Foi anunciado agora nesses dias que os governos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná formaram uma aliança para a produção do leite, objetivando dar capacitação e assistência aos 300 mil produtores que produzem 10,8 milhões de litros por ano, constituindo-se na segunda maior região produtora do país.

Eu julgo isso importante, porque nos últimos dias houve notícias de algumas dificuldades e de alguns problemas na investigação do Ministério Público e do Ministério do Abastecimento da Agricultura e Pecuária, apontando, em alguns casos, localizadamente alterações do produto. Isso é um fato lamentável, mas que tem que ser expurgado, separado, para não prejudicar essa grande cadeia produtiva que temos aqui nos estados do sul, que produzem leite de excelente qualidade, que não podem ser misturados. Esse é um problema

que pode ter acontecido localizadamente, mas que tem que ser investigado e tem que ser superado.

Gostaria de destacar também que em termos de Brasil a região que mais cresce em produtividade é formada pelo oeste de Santa Catarina, noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná. É justamente essa região que tem uma bacia leiteira muito forte. Assim sendo, é a região que mais cresce em produtividade no Brasil. Inclusive, no último domingo tive a oportunidade de estar numa comunidade rural, chamada Linha São Lourenço, no interior do município de Jaborá, terra onde dei os primeiros passos na minha vida.

Vemos a importância da produção do leite para a sobrevivência das famílias no oeste de Santa Catarina. Muitos ali estão tendo uma melhoria sensível na condição econômica exatamente em função do leite. Tem sido uma fonte de renda importante para muitas famílias catarinenses, sem contar também que é um alimento fundamental para todos.

Essas regiões que citei, o oeste de Santa Catarina, o noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, têm o clima favorável, a mão de obra qualificada, enfim, condições realmente propícias para a bacia leiteira ter esse bom desenvolvimento dos últimos tempos.

Gostaria de destacar ainda que uma taxa de crescimento média de 8,6% ao ano faz com que Santa Catarina se destaque como o quinto produtor nacional de leite, responsável por praticamente 8% da produção no Brasil, com 80 mil famílias rurais envolvidas, principalmente em pequenas propriedades de agricultores familiares, ou seja, mais de 60% das propriedades têm área menor que 20he. Esse é um dado importante. Trata-se de uma característica principalmente de Santa Catarina. As pequenas propriedades têm na produção do leite uma importante fonte de recursos. Temos que destacar isso, porque faz parte da economia catarinense.

É importante ressaltar e homenagear assim os pequenos agricultores e produtores, as pessoas que estão e permanecem na agricultura, seja na

produção agrícola ou de leite, na avicultura, na suinocultura, e que fazem de Santa Catarina um estado pujante. Então, queremos fazer esse registro de forma extremamente positiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas para dar boas-vindas ao grupo Cartão Postal de Santa Catarina que faz sucesso há mais de 25 anos no sul catarinense e nos prestigia, visitando esta Casa. E tem contribuído muito para a cultura e o lazer neste estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, primeiramente, gostaria de externar os meus sentimentos de condolências aos familiares de Rubens Mello, cuja morte ficamos sabendo no dia de hoje através de v.exa., que recebeu pela sua rede social a informação. Queremos de pronto deixar registrado aqui o nosso sentimento pela morte do Rubens Mello, uma pessoa querida, muito conhecida em Joinville, que já há muitos anos vinha com problemas em decorrência de um grave acidente de carro ocorrido na nossa região.

Quero citar também a iniciativa da prefeitura de São Francisco do Sul, anunciando o agendamento de mais de 300 cirurgias de cataratas, das quais 200 seriam reservadas para pacientes de São Francisco do Sul.

Também vejo que Barra do Sul, Campo Alegre, Schroeder, Guaramirim aderiram a esse mutirão. Para mim é motivo de muita satisfação, porque sou autor da lei que obriga o estado e não os municípios a procederem ao mutirão de cataratas todos os anos. E, infelizmente, nós não vimos esse mutirão todos os anos, através da secretaria de Estado da Saúde, mas vejo a iniciativa através dos

municípios, o que de certa forma me deixa contente, porque nós queremos na verdade é que se resolva, pelo menos em parte, esse problema.

Hoje, pela manhã, sr. presidente, foi arquivado um projeto de minha autoria, o de n. 183/2014, que dispõe sobre o atendimento aos usuários pelas concessionárias de pedágios em rodovias localizadas no Estado de Santa Catarina. É um projeto simples e que na verdade tratava de defender os interesses de catarinenses, de usuários de rodovias em Santa Catarina. Eu dei entrada nesse projeto, porque sou deputado de Santa Catarina e entendo que sou representante dos catarinenses e, por essa razão, tenho que dar entrada aqui em projetos que venham ao encontro de defesa dessas pessoas. Mas infelizmente o meu projeto foi considerado inconstitucional.

“Art. 1º As reclamações e pedidos de informação apresentados pelos usuários às concessionárias de pedágio em rodovias localizadas no Estado de Santa Catarina serão processados, devendo ser obrigatoriamente fornecido ao interessado, no início de atendimento, o número de protocolo numérico sequencial, com a finalidade de acompanhar as medidas relativas à demanda dos usuários, por meio de central de atendimento telefônico ou outros meios digitais.

Parágrafo único - O número de protocolo de que trata o *caput* deste artigo deve ser obrigatoriamente enviado ao usuário, no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) após a sua geração, preferencialmente via correio ou, por opção do usuário, mediante mensagem de texto a ser enviada por intermédio de telefone móvel ou por correio eletrônico.

Art. 2º As concessionárias de que trata o art. 1º desta Lei deverão dar respostas conclusivas às reclamações e aos pedidos de informação apresentados pelos usuários, no prazo de 30 dias, a contar da sua formalização(...).” [sic]

Às vezes, fico me perguntando: Você faz um projeto e este é inconstitucional porque é da área do município, diz respeito ao município, ou é inconstitucional porque diz respeito à área

federal. É inconstitucional, porque a empresa que trabalha aqui é regida pelo contrato tal. Nós aprovamos tanta coisa aqui que poderia ser inconstitucional. Por exemplo, aprovamos na semana passada um pedido para fiscalizar uma prefeitura de um determinado município. Foi aprovado aqui um requerimento para fiscalizar a prefeitura.

Se for entrar no mérito da questão a fiscalização da prefeitura é realizada pelos vereadores. E não temos que nos meter nisso aqui. Nós temos que fiscalizar o governo do estado. Essa seria a nossa função, fiscalizar os atos do Poder Executivo em nível estadual. O vereador fiscaliza os atos do Poder Executivo em nível municipal.

No entanto, aprovamos aqui, se não estou enganado, a segunda petição para que seja fiscalizada a prefeitura. E por incrível que pareça foi aprovado aqui e encaminhado, se não estou enganado, para o Tribunal de Contas, não sei o que foi, e de lá veio a resposta que estavam pautando para fazer a dita auditoria.

Então, fico me perguntando o que é constitucional e o que não é constitucional. Aí um pedido desses que faço aqui, que é para atender ao interesse do cidadão catarinense, que usa uma rodovia não no Paraná, não no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina, para facilitar a vida desse cidadão que reclama de alguma coisa, que tem algum tipo de problema com determinada empresa, no caso os pedágios, aí o meu projeto capota, vai para o arquivo, porque é inconstitucional. Difícil, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós continuaremos aqui tentando e tentando.

Estava falando pela manhã, sr. presidente, sobre a questão do problema de saúde desse nosso país. E foi feita uma pesquisa agora, bem recente, lá no município de Joinville, para os cidadãos joinvilenses: Qual é a maior reclamação que o joinvilense, minha cidade de Joinville, tem, cidade com mais de 500 mil habitantes? Qual é a maior reclamação, o que é que mais preocupa? Em primeiro lugar, disparadíssimo, problema de saúde. Está em terceiro o problema de segurança, mas o

problema de saúde saiu disparado em primeiro lugar. Caos total!

Eu nem discordo disso, porque estive e vou, às vezes, em qualquer dos hospitais de Joinville, principalmente o de São José, e fico até constrangido de entrar lá, porque é um verdadeiro hospital de guerra, parece que estamos entrando no Iraque, no Afeganistão. São filas e filas de macas pelos corredores. E muitas vezes fica o pessoal do Corpo de Bombeiros, do Samu, com a viatura parada do lado de fora, esperando o paciente desocupar a maca onde está instalado, para que a viatura possa se deslocar para outros atendimentos, muitas vezes deixando de atender a outras pessoas, porque a maca está sendo utilizada pelo paciente que ainda não foi atendido, ou que está marcado para ser atendido lá dentro do hospital São José.

Por que acontece isso? Existem muitas razões para esse problema da saúde pública nesse nosso país. Não é Joinville, não é Florianópolis, você vai a qualquer lugar e tem esse tipo de problema. Existem muitas razões, e nós podemos inclusive incluir nas nossas razões as razões culturais. Porque aqui bebemos e comemos o que tiver pela frente, no final de semana. Toma-se cerveja como se toma água, come-se churrasco bem gordo como se come uma salada de frutas. E depois daquele problema que é natural de dar no cidadão aonde ele vai parar? No hospital! Bebe feito um condenado, precisa ir embora, pega o carro, dá uma porretada, quebra uma meia dúzia, morre dois, quebra cinco. Vai aonde? Vai para o hospital.

Então temos que colocar também no problema de saúde pública deste país o nosso problema cultural, os nossos hábitos e os nossos costumes que colaboram para que tenhamos uma saúde tão deficitária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves!

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência suspende a sessão até as 15h, quando entraremos no horário dos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nós temos tratado de muitos assuntos nesta Casa. Nesta semana já falamos sobre a questão da segurança pública, área na qual o estado tem investido muito, e é importante esse investimento. É claro que também precisa de outras políticas públicas para melhorar a segurança, a vida do cidadão e da cidadã catarinense. E um dos fatores importantes nessa questão da segurança pública que eu vejo é a evolução da legislação penal junto com aquilo que se quer, que é a paz social. Estamos vendo esse caso que está na mídia com muita repercussão, de um homicida, um cidadão violento que foi liberado e que voltou a praticar crimes.

Eu, nesses mais de 30 anos de atividade policial, quando analiso, vejo o crime praticado por um ato eventual, num momento impensado, por um erro da pessoa, e esse é um fato rapidamente solucionável, com a sua recuperação.

Quem não é voltado para o crime, que comete um erro, automaticamente vai se arrepender depois, vai querer que esse fato não ocorra mais, mas quem tem a índole voltada para o crime vira um criminoso contumaz. Ocorre esse problema na questão, principalmente, do estupro, em que o autor desse crime é uma pessoa voltada a praticar esse tipo de crime e, se liberado, fatalmente - uma boa parte deles - volta a praticá-lo.

Então, a Justiça tem que encontrar formas de separar, de individualizar, de tratar as pessoas que têm a índole voltada para a criminalidade de forma diferente daquelas que cometem um crime, um erro eventual e que não são criminosos contumazes no estrito rito da lei.

Também atendi esta semana, volto a reafirmar, muitos aprovados do concurso da Polícia Civil, foram mais de 8.000 aprovados. Na verdade, são 364 vagas, se não estiver errado, para um concurso que teve mais de 21.000 inscritos, 21.000 candidatos ao concurso da Polícia Civil do estado de Santa Catarina para 364 vagas. E a grande reivindicação dos mais de 8.000 candidatos que atingiram média é que o maior número seja chamado para fazer o teste físico, as demais etapas do concurso e que possam ser aproveitadas nessas vagas que estão abertas e nas vagas que possam vir a surgir.

Existe um estudo, um projeto que iniciamos aqui, no mês de abril, da promoção automática, da evolução dentro da carreira não da forma como ocorre hoje, quando abrem-se oito, seis ou dez vagas, um sistema que desestimula o policial, porque ele não tem perspectiva de promoção, mas através do novo sistema que já foi discutido com as secretarias da Administração e da Fazenda, quando será adotada a promoção automática. Quer dizer, preenchidos os requisitos, no primeiro ano haveria uma promoção e depois, a cada três anos, uma promoção. Ou seja, aos 19 anos de carreira o agente policial ou a agente policial estaria no final da carreira.

Então, aplicando esse sistema, abrem-se as vagas necessárias para que também na Polícia Civil o governo do estado possa fazer concursos tantos quantos têm feito na Polícia Militar. Na Polícia Civil há esse impedimento legal, ou seja, se não há vagas em aberto, não se pode fazer o concurso. E aplicando esse novo sistema de promoção, com certeza teríamos uma carreira rápida e motivadora para os policiais. E teríamos também a abertura de novas vagas que seriam preenchidas por candidatos além do número previsto no último edital. E poderiam ser aproveitados os candidatos que fizeram o último concurso.

Então, dos oito mil aprovados, poder-se-ia chamar mais candidatos, mais policiais, na medida em que as vagas fossem abrindo. Serão mais candidatos e mais policiais para o preenchimento dessas vagas.

Entendo que há como o estado e a própria secretaria encontrar a forma legal do preenchimento dessas vagas e com isso ajudar na melhora da segurança pública.

Outro assunto que gostaria de abordar, aproveitando o tempo do nosso partido, é um artigo que li no jornal *A Notícia*, no dia de hoje, que diz o seguinte: "Depressão não é frescura." É um artigo de autoria da psicóloga clínica Inajara Freitas Villar Paiva. E digo isso para todas as pessoas e também para os funcionários que exercem atividade policial.

Implementamos, há alguns anos, na Polícia Civil, um serviço de acompanhamento psicológico. A atividade policial, pela sua natureza, por lidar com pessoas agredidas, expõe o servidor todos os dias a problemas, a debates, a pessoas feridas, ameaçadas, vítimas e com atendimento aos familiares das vítimas.

Segundo todas as pesquisas médicas mundiais, a atividade policial é uma das mais estressantes.

Como tivemos, num determinado período, um número bastante grande de suicídios, num ano chegamos a ter cinco suicídios de policiais civis, esse caso foi estudado e na época foi implementado o serviço de atendimento psicológico da Polícia Civil, que procura atender o policial e seus familiares.

Hoje li este artigo que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A recente morte de Robin Williams traz à tona a questão de uma doença que atinge mais de 350 milhões de pessoas no mundo, a depressão. Quem imagina que o ator de 63 anos, ganhador de Oscar e protagonista de vários magníficos filmes, obras-primas nas quais deixa sempre mensagens de esperança e de respeito ao ser humano, passava por sofrimento tão intenso, a ponto de tirar a própria vida? Eis aí a importância de se conscientizar sobre o que vem a ser essa doença reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um mal que acomete grande parte da população. Sim, doença de ordem mental, que, se não tratada a tempo, poderá

ter desfecho muito triste, como o suicídio, devido ao grande sofrimento psíquico gerado.[...]"[sic]

Então, a depressão, todos sabemos, é um problema grave que afeta a nossa sociedade. Muitas vezes as pessoas não entendem, principalmente depois que ocorreu um suicídio ou uma tentativa de suicídio, como é que aquela pessoa pensou nessa hipótese para resolver o problema da sua vida.

Mas realmente a depressão é uma doença forte, tem que ser compreendida e a pessoa que está com o problema tem que ser tratada.

Há algum tempo se entendia a depressão como uma frescura. Como é que uma pessoa, que muitas vezes tem condições financeiras, um bom emprego, acaba sendo levada a praticar o suicídio?

Então, essa é uma doença que tem que ser tratada. Em todas as profissões existe esse problema, mas é claro que em algumas com maior intensidade. E não é o caso da profissão do Robin Williams, mas são os problemas que fazem as pessoas perderem o gosto pela vida, levando-as a praticar um ato de desespero. Porque o suicídio não é um ato de coragem. O suicídio é um ato de fuga que é praticado porque a pessoa não encontra outro caminho e entende que, tirando a sua própria vida, vai resolver aquele problema.

Portanto, a depressão é uma questão a ser estudada, principalmente nas profissões que levam a esse tipo de desgaste mental.

Eu vejo que muitas famílias, depois que ocorre o fato lamentável do suicídio, dizem: "Ah, mas eu não acredito, isso foi alguém que fez, ele tinha tudo: emprego, carro, patrimônio, e veio a praticar esse ato".

Então, é um problema que, quem tem, precisa saber expor e buscar tratamento, e é um problema que quem tem alguém na família, ou percebe uma mudança de comportamento numa pessoa, tem que atentar para esse detalhe.

Eu já falei sobre isso várias vezes, até porque Balneário Camboriú, uma das cidades melhores do mundo para se viver, com qualidade de vida, é uma das cidades com maior número de

suicídios. E o suicídio acontece em razão da depressão.

Então, qualidade de vida não quer dizer nada. Muitas vezes a qualidade de vida é que leva a pessoa a sentir que chegou a algum ponto e não tem para onde caminhar. Até as pessoas com maiores dificuldades financeiras, as famílias com maiores dificuldades financeiras não enfrentam tanto esse problema. Estão ali, talvez, mais acostumadas às dificuldades, ao seu sofrimento, a transpor situações complicadas. Mas aquelas pessoas que talvez achem que deveriam ir mais longe, que a felicidade é algo mais distante, mais complexo, acabam sendo levadas ao suicídio.

Então, preocupa, sim, a questão, e o estado tem que investir no tratamento da depressão, que é uma doença que precisa de tratamento e que, como alguns diziam, não é frescura.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, quero trazer a esta tribuna uma decisão importante sobre a área da saúde, já que temos tantas vezes cobrado ações nessa área da saúde.

Quero trazer a informação de que o ministério da Saúde acaba de incluir na tabela do Sistema Único da Saúde - SUS - o novo procedimento de quimioterapia para tumores estomacais gastrointestinal para pacientes atendidos no Sistema Único de Saúde. Esse é um avanço importante, porque hoje na área do tratamento do câncer o Sistema Único de Saúde tem procurado ampliar os atendimentos não só no atendimento inicial, mas no medicamento e também para evitar o retorno do tumor.

A partir de agora, inclusive, a rede passa a contar com o uso do medicamento apropriado, nesse

caso específico, para a quimioterapia. E a estimativa é de que um número razoável grande de pacientes seja beneficiado com esse medicamento e esse novo tratamento, através do SUS.

Ainda no mês de julho, deste ano, o ministério da Saúde publicou uma portaria de atualização de protocolo clínico das diretrizes terapêuticas desse tratamento gastrointestinal. E nessa atualização foi mantido o uso desse medicamento que está sendo incluído agora também na relação dos medicamentos formados, servidos e fornecidos pelo SUS.

É importante destacar também que com a inclusão desse procedimento na tabela de procedimentos e medicamentos, os serviços podem registrar e faturar o procedimento ofertado e receber pelos atendimentos realizados, sendo medicamentos adquiridos pelo ministério da Saúde e fornecidos pelas secretarias estaduais aos hospitais credenciados pelo SUS.

É importante realmente que o nosso Sistema Único de Saúde, o maior plano de saúde do mundo, possa de fato incorporar esses novos medicamentos, esses novos tratamentos, para que aqueles que infelizmente são acometidos por esses tumores, ou até mesmo por algum tipo de necessidade de medicamentos de uso contínuo, possam incorporar essas novas tecnologias.

Nós cada vez mais precisamos que as áreas públicas, das três esferas, municipal, estadual e federal, empenhem-se para fornecer o melhor serviço de saúde possível à população que clama sempre por melhorias nessa área.

Quero também, srs. presidente, aproveitar o tempo que nos resta para me somar também àqueles que estão lutando para a ampliação do número de classificados e para a chamada de mais policiais.

Mesmo no período que não tinha sessão, fizemos um documento, uma indicação, solicitando ao governo do estado e à secretaria de estado da Segurança Pública o aumento do número de classificados para a segunda fase do concurso da Polícia Civil, deputado Maurício Eskudlark que também abordou esse assunto.

Sabemos que a segurança pública precisa de reforço tanto na área da Polícia Civil quanto na área da Polícia Militar; precisa de melhor estrutura, melhor equipamento, melhor pessoal. Isso é importante e fundamental.

Os orçamentos destinados para a área de segurança em Santa Catarina ainda não são aqueles que se espera para que de fato possa dar os instrumentos necessários e as condições para a Polícia Civil e para a Polícia Militar atuarem com todas as condições e fazerem o melhor trabalho possível.

Por fim, sr. presidente, quero também registrar que falamos muitas vezes desta tribuna dos bombeiros em Santa Catarina, da defesa. E quero trazer a esta Casa também um pedido que fizemos ao governo do estado, para que auxilie, de maneira geral, todas as corporações de bombeiros, mas de forma específica aqui encaminhamos pela situação de dificuldade do Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Seara, que teve uma demanda judicial, arcou com recurso bastante elevado e precisa de socorro, de recursos.

Então, estamos solicitando que o estado possa olhar com muita atenção para os bombeiros do município de Seara e que possa de fato garantir recursos para aquela corporação. Aliás, o trabalho do bombeiro é importante no estado afora. Temos o bombeiro militar, o bombeiro voluntário, o bombeiro comunitário. Ainda bem que temos esse auxílio dos comunitários, dos voluntários, porque senão teríamos a grande maioria das cidades de Santa Catarina totalmente desassistidas.

Então, é importante que o governo do estado também contribua com essas entidades, na sua manutenção.

Eram essas as nossas manifestações, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Com a desistência do PP, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Com a desistência do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

Deputados, após o término do pronunciamento do deputado Sandro Silva, está à mesa um requerimento assinado por todos os líderes dos partidos, solicitando a suspensão desta sessão, para que possa se manifestar o sr. Ademir Magagnin, prefeito de Cocal do Sul, sobre o lançamento do evento II COCAL FEST, que acontecerá entre 24 e 28 de setembro.

Então, logo depois estaremos suspendendo a sessão, tendo em vista que os partidos ainda estão em suas reuniões de bancada. Portanto, não estão presentes.

Agora, sim, com a palavra o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Digital e quem nos acompanha pelas galerias, quero mais uma vez compartilhar do assunto explanado pelo deputado Maurício Eskudlark sobre a questão de como as pessoas tratam a depressão como frescura. Mas de fato a depressão leva muitas pessoas ao suicídio, deputado Maurício Eskudlark.

Eu tenho um tio que se suicidou em função da depressão. Durante três anos a minha esposa teve depressão gravíssima. E só quem tem na família é que sabe o quanto isso judia, maltrata a pessoa e a família, porque a família fica na vigilância dessa pessoa que precisa de acompanhamento e que fica, na maioria das vezes, à base de medicamentos, para que encontre em algum momento uma saída.

Graças a Deus, hoje a minha esposa está livre desse mal, mas foram três anos de sofrimento. Inclusive em 2008 passei uma campanha eleitoral com ela no fundo da cama, com depressão. Por isso, sou solidário, pois essa é uma doença invisível, é o mal do século, porque a cobrança da sociedade é muito grande e às vezes as pessoas têm que se adaptar e quando não atingem as expectativas acabam se deprimindo e sofrendo com esse mal.

Quero também falar de Joinville, pois ontem e hoje os jornais noticiaram uma nova licitação para os radares de Joinville. E nós queremos que essa licitação seja exitosa, porque desde que os radares foram desativados em Joinville os acidentes de trânsito nos locais onde existiam acabaram aumentando. E se sente mais essa falta onde justamente é mais necessário, que é na frente dos colégios.

Então, não sei se por descaso ou por incompetência de quem faz as licitações, em Joinville, estamos há quase um ano sem esses equipamentos que alguns chamam de indústria de multa. Mas não pensamos assim, pois o radar está ali justamente para controlar a velocidade. Esperamos, então, que essa licitação seja exitosa, para que as crianças, os colégios e os locais perigosos tenham essa vigilância, para que não tenhamos mais acidentes graves, com vítimas fatais, como estamos tendo após a retirada desses radares lá em Joinville.

Quero também saudar o Adriano Ribeiro que faz parte de todo esse debate que estamos fazendo devido à criação da Região Metropolitana em Florianópolis e em Joinville. São debates importantes que teremos que fazer daqui para frente, pois trataremos também da saúde como um todo para toda a região, a questão do transporte metropolitano e a questão da segurança de forma metropolitana também. Então, é importante esse debate e essa votação que acredito que será feita hoje na nossa Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos. Infelizmente, por decisão de s.exa. mesmo acabou não querendo sair candidato nessas eleições. Vamos sentir falta da sua presença.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, como não estou disputando as eleições, gostaria de dizer que vou ratear os meus votos entre todos os deputados desta Casa para que sejam reconduzidos ao Parlamento de Santa Catarina.

Gostaria de dizer que hoje será votado um projeto importante para a região da Grande Florianópolis, que é exatamente a criação da região metropolitana. Esse é um assunto que por várias vezes já abordamos no plenário desta Casa.

Já em 1986, quando tive a honra de assumir a prefeitura municipal de Florianópolis, vi a dificuldade que existe em resolver os problemas do município, se não tratar integralmente com toda a região da Grande Florianópolis as questões de saneamento básico, transporte coletivo, coleta de lixo.

Precisamos fazer isso aqui, até para podermos levar essa experiência para outras regiões de Santa Catarina. Precisamos desse embrião, que seria a criação da região metropolitana de Florianópolis. Vejam que o aglomerado urbano da Capital é muito grande. Temos mais de um milhão de habitantes na região da Grande Florianópolis. E não conseguimos resolver os problemas de transporte coletivo de Florianópolis, se não houver a integração com São José, Palhoça e Biguaçu. Também para que seja implantado o sistema de transporte marítimo é preciso haver essa integração. O cidadão que mora em Coqueiros, para ir para uma praia de Santa Catarina, precisa vir a Florianópolis, para depois pegar outro ônibus. Então, precisamos integrar o sistema de transporte coletivo.

Quanto ao saneamento, não adiante resolver o problema de esgoto de Biguaçu, Palhoça, Imaruí, se não for de forma integral. Florianópolis tem sistema de esgoto, mas nos outros municípios a situação é precária, daí os ventos norte e sul trazem as águas poluídas de lá para cá. Então, precisamos resolver integralmente a questão do saneamento básico das cidades que compõem a região metropolitana.

Outro assunto importante é o financiamento internacional, que são realizados para grandes aglomerados urbanos. O BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento -, o Banco Mundial têm financiamento para resolver essas questões de maneira integrada. Por isso, o projeto tem uma importância muito grande. E hoje votaremos esse projeto.

Com a criação das secretarias regionais, extinguiu-se a região metropolitana. Mas secretaria regional é diferente de região metropolitana. A primeira tem função meramente administrativa, da execução de obras; já a região metropolitana trata da questão institucional, e aí resolveremos muitos problemas que hoje não conseguimos.

Hoje existe o interesse do prefeito Cesar Souza, em Florianópolis, do prefeito Castelo, em Biguaçu, do prefeito Camilo, em Palhoça. Independentemente de partido político, é fundamental para a resolução desses problemas a criação da região metropolitana.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., deputado. Também quero dizer que quando assumimos, nesta Casa, encontramos uma legislação que estabelecia oito regiões metropolitanas em Santa Catarina. Não tinha implementação, mas tinha legislação reconhecendo essas oito regiões. Noventa e quatro municípios do oeste catarinense não estavam incluídos em nenhuma região metropolitana.

O financiamento habitacional para as regiões metropolitanas dentro do projeto Minha Casa, Minha Vida era de R\$ 135 mil. E para aqueles 94 municípios catarinenses o limite era de 80, porque não eram considerados dentro da região metropolitana.

Nós fizemos aquele projeto de lei que foi vetado, e o governador Raimundo Colombo mandou um novo projeto para corrigir, que depois foi aprovado. A própria legislação das regiões metropolitanas prevê muitos recursos e investimentos para essas regiões. Então, é importante implementar, como v.exa. disse.

Eu vejo que a região da Grande Florianópolis precisa ter uma administração conjunta nesses problemas como o de transporte, saneamento. A própria telefonia prevê que entre os municípios da região o custo seja o mesmo das ligações locais. E em algumas outras regiões como Joinville, Itapema, Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes, é preciso resolver seus problemas de transporte, isto é, problemas regionais.

Eu parablenizo v.exa. e entendo que a implementação das regiões metropolitanas traz, sim, muito benefício para a nossa população.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Quero parabenizá-lo pelo seu tema.

Quero aproveitar para registrar a presença do Marcos Souza e do Adriano Ribeiro que fazem parte da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Obrigado, deputado.

Na realidade tenho uma preocupação a respeito da ampliação sobre a questão da região metropolitana. Se não me engano, no Brasil existem cinco ou seis regiões metropolitanas. Para a criação da região metropolitana precisa haver uma série de características que justifiquem. Vejam a

própria divisa entre os municípios de São José e Florianópolis.

Quero registrar com muita honra a presença do governador em exercício, desembargador Nelson Schaeffer Martins, aqui, na Assembleia Legislativa, num momento importante, porque é exatamente quando vamos criar a região metropolitana da Grande Florianópolis.

Estamos falando sobre os problemas que não possuem solução, somente em Florianópolis, por isso, precisa ocorrer essa integração entre São José, Palhoça, Biguaçu, Governador Celso Ramos, para que possamos buscar solução, principalmente para o saneamento básico, transporte coletivo, lixo, áreas industriais, porque os municípios confundem-se muito.

Lembro-me, governador, de quando eu era prefeito de Florianópolis o Germano Vieira era prefeito de São José, e um dia ele me ligou e disse: "Andrino, comecei a fazer uma rua aqui, em São José, e já entrei no município de Florianópolis mais de 200m." Eu disse: "Prefeito, pode continuar que não vou me importar, desde que continue a pavimentação da nossa rua em Florianópolis".

Hoje é um dia muito especial, por isso quero cumprimentar todos os deputados. Quero dizer que é de uma importância muito grande a criação da região metropolitana para nós, da capital, e para os municípios que nos cercam. Esse embrião que começará agora vai servir de modelo para outras regiões do estado, como Joinville, Chapecó e Blumenau, como citei anteriormente.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Eu quero saudar o nosso presidente e dizer que já estávamos com saudade de sua presença. Quero saudar o nosso governador, pois que muito nos honra, nesta tarde, ele estar aqui, presente, com a gente. Também quero parabenizar o deputado Edison Andrino por esse tema tão importante, por essa reflexão que está fazendo neste momento importante dessa

votação que teremos da região metropolitana da Grande Florianópolis.

Acredito que o desenvolvimento e o crescimento só se dão através de ações como essa. Com certeza, estará também favorecendo um tema bastante importante que discutimos aqui.

Levantei uma bandeira no início do meu mandato, que se chama transporte marítimo. Eu acho que também esse tema será bastante relevante com a criação da região metropolitana.

Então, parabéns, deputado. E com certeza será um feito bastante importante pelos nossos colegas deputados, na tarde de hoje.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputada Dirce Heiderscheidt. Agradeço a todos e vamos votar daqui a pouco. Também cumprimento a Mesa, o deputado Kennedy Nunes, de Joinville, que hoje aqui o que prevalece é o poder do sul do estado de Santa Catarina: Tubarão, com o governador e o presidente da Assembleia, e o deputado Manoel Mota, de Araranguá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Esta Presidência recebe com muita alegria o nosso governador, em exercício, desembargador Nelson Juliano Schaeffer Martins, que veio nos fazer uma visita no gabinete da Presidência. Ele continua sendo um honrado servidor desta Casa, já que durante seis anos, deputada Dirce Heiderscheidt, o desembargador prestou os seus bons serviços a esta Casa Legislativa; por isso, recebemos s.exa. com muito carinho, nesta tarde, nessa demonstração de respeito, de deferência, que o governador em exercício pratica em favor da nossa Casa e de todos os seus integrantes. Aliás, essa é a conduta do presidente, sr. desembargador Nelson Juliano Scheffer Martins, sempre um *gentlemen*, sempre tratou com muito carinho e respeito todos os integrantes desta Casa, mas especialmente este Poder que sei o quanto ele respeita e admira. Repito, até porque aqui passou e sabe que esta é uma Casa extremamente importante

para a manutenção e o fortalecimento da nossa democracia.

Por isso, governador, seja muito bem-vindo. Muito obrigado mais uma vez pela deferência, pelo respeito, pela demonstração de carinho e conte sempre com esta Casa e com os seus integrantes.

Neste momento, concedo a palavra a v.ex.a. para que possa fazer uma saudação aos integrantes deste Poder.

O SR. GOVERNADOR EM EXERCÍCIO (Desembargador Nelson Juliano Scheffer Martins) - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli; prezado amigo deputado Manoel Mota; amigo, deputado Edison Andrino; srs. deputados desta Casa, quero inicialmente agradecer a acolhida que sempre tenho quando aqui visito na condição de presidente do Tribunal de Justiça e, hoje, exercendo a função de governador interino do nosso estado. Como todos sabem, o governador Raimundo Colombo pediu licença para se dedicar às atividades eleitorais. E por força da Constituição, na ordem de sucessão, caberia ao presidente da Assembleia o exercício dessa missão que, todavia, delegou-me nesse gesto de gentileza e de atenção institucional, que muito me toca e muito me comove.

Quero dizer aos senhores que este deveria ter sido o primeiro ato que eu deveria ter praticado logo depois da transmissão do cargo, o que não foi possível, em razão de compromissos que já havia assumido, também na condição de governador, em Brasília e depois na cidade de Esteio, na Expointer, representando o nosso estado.

Porém, gostaria de registrar que, nesta Casa, só tenho amigos. Amigos que conheço há muito tempo, amigos a quem respeito muito, porque além de serem extraordinários políticos e representantes das suas regiões representam aqui todos os extratos sociais, todos os segmentos profissionais, todos os interesses e atividades de nosso estado. De modo que esta Casa, pela sua composição, representa efetivamente o que há de melhor na sociedade do nosso estado. E releva isso porque buscam nas bases todas as aspirações, todos

os desejos, ansiedades e necessidades que o nosso estado apresenta.

Por isso, meus cumprimentos, minha reverência aos srs. deputados, a esta Casa, a este Parlamento, que é fiador e garantidor do regime democrático em nosso estado e em nosso país.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. **PRESIDENTE** (Deputado Joares Ponticelli)  
- Agradecemos mais uma vez, antes, porém, vou ouvir o deputado Valmir Comin e dizer que, deputado Carlos Stüpp, a nossa Cidade Azul alegrou-se, como bem lembrou o deputado Edison Andrino, já que estamos e ficaremos, pelo menos até as eleições, na condição de dirigentes de dois dos três Poderes do estado: o desembargador Nelson Schaeffer Martins, um tubaronense original, e eu, um tubaronense genérico, já que nasci na cidade de Pouso Redondo e fui adotado por Tubarão. Inclusive, a Câmara de Vereadores me concedeu o título de Cidadão Tubaronense, entregando-me a certidão de adoção. Mas ele, tubaronense nato que é, orgulha também muito o povo da Cidade Azul por essa estadia de mais 35 dias no governo e, não tenho dúvidas, sempre atento às grandes causas de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu não poderia, na condição de líder do Partido Progressista, deixar de enaltecer e dizer da nossa satisfação em poder receber nesta Casa o desembargador Nelson Schaeffer Martins que neste ato está representando a condição do governo do estado em exercício. Ao mesmo tempo, agradeço a v.exa., porque de acordo com a Constituição, é uma renúncia na sequência, e v.exa. permitiu que o desembargador pudesse exercer, mesmo por tão poucos dias, a condição de governador do estado, mostrando com isso a independência, a harmonia

entre os Poderes, mas a corresponsabilidade que existe para com a sociedade catarinense.

Por isso, é um prazer, é uma satisfação muito grande, e v.exa. é merecedor dessa comenda, dessa pasta tão importante de exercer, mesmo por poucos dias, a condição de governador do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu não poderia deixar de fazer este registro tão especial ao meu amigo dr. Nelson Schaeffer Martins, um parceiro já de muito tempo. Inclusive, nesta Casa, já pude recebê-lo como funcionário, como desembargador, como presidente do Tribunal de Justiça e agora como governador. Isso mostra que todo cidadão quando é justo, correto e sabe o que fazer, pode galgar, deputado Edison Andrino, todos os cargos que com certeza Deus muitas vezes nos escreve.

Então, seja bem-vindo a esta Casa nosso grande amigo governador em exercício, presidente licenciado do Tribunal de Justiça do Estado, dr. Nelson Schaeffer Martins, nosso amigo Nelsinho.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, eu não poderia também deixar de, em nome da nossa bancada, cumprimentar o governador em exercício, dr. Nelson Schaeffer Martins, que faz um belíssimo trabalho na condição de presidente do nosso Tribunal de Justiça e agora, nessa interinidade como governador, saberá, com a sua inteligência, com a sua competência, conduzir com tranquilidade o governo do estado, principalmente num momento de tensões políticas, o que é natural no quadro político democrático, nas vésperas de uma eleição.

Boa-sorte no exercício do poder e tenho certeza de que Santa Catarina está em boas mãos nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Governador, mais uma vez muito obrigado pela sua presença, pelo seu prestigiamento. Sabemos que a sua agenda é intensa, mas para nós quanto mais tempo v.exa. permanecer nesta Casa pode ter certeza que mais alegria trará a todos os nossos membros. Mas sabemos que outros compromissos o aguardam também, por isso, mais uma vez, muito obrigado, pela deferência da sua presença nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, é com muita satisfação que anuncio a presença dos nossos vereadores conterrâneos, sideropolitanos, Willian Bonassa e Valdemir Carminatti, juntamente com o vereador Pavan e com o empresário Ademir Donadel, que produz melhor picolé do sul do Brasil, e o empresário do ramo de transporte, Gelson Gianizella. É um prazer, uma satisfação e um orgulho muito grande poder receber no Parlamento catarinense meus conterrâneos sideropolitanos.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Srs. deputados e sras. deputadas, com a concordância dos líderes, proponho a inversão da nossa pauta, pois sempre que recebemos rainhas, prefeitos, delegações de municípios, entidades, fazemos após a Ordem do Dia. Mas aproveitando que ainda faltam seis minutos para chegarmos ao horário da Ordem do Dia, vou suspender a sessão por dez minutos, para recebermos, atendendo ao requerimento proposto pelo deputado Valmir Comin, com a assinatura de todos os srs. deputados, o prefeito Ademir Magagnin, do município de Cocal do

Sul, juntamente com a vice-prefeita, a rainha e as princesas da II Cocal Fest.

Srs. deputados, informo que a rainha da II Cocal Fest, Taina Miranda, se fará acompanhar na tribuna pela intérprete Ilse Michels, para oralização dos convites que ela fará, já que fará o convite em libras.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n: 0009/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao ofício n. 0092/2014, de procedência de entidade social.

A Presidência comunica, da mesma forma, que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0143/2014, de procedência de entidade social.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2014, de procedência governamental, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemendas modificativa e aditivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu encaminho voto um, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu não poderia ficar sem falar sobre este projeto que estamos votando, até porque na minha visão, deputado Valmir Comin, esta Casa está refazendo um erro que foi feito, porque o ex-governador e senador Luiz O Henrique da Silveira, no seu primeiro mandato, quando criou as secretarias regionais, extinguiu as regiões metropolitanas.

Eu me lembro de quando, deputado Sílvio Dreveck, vim aqui e alertei, em 2007, juntamente com o deputado Joares Ponticelli. Alertamos sobre esse erro de extinguir as regiões metropolitanas. O projeto foi refeito e agora estamos refazendo tudo aqui. Santa Catarina perdeu, como disse o deputado Edison Andrino, e muito, por falta dessas regiões metropolitanas.

Parabéns a Florianópolis que agora fica com essa região instituída. E que o governo faça o mais rápido possível as outras regiões metropolitanas, para que possamos buscar financiamento e resolvermos os problemas. Ninguém mais é uma ilha isolada. Nem Florianópolis é uma ilha. Florianópolis é junto com todos, é a região metropolitana, a grande saída.

Então, parabéns ao governo que está instituindo e que venha a esta Casa o mais rápido possível a de Joinville, Chapecó, Criciúma e todas as outras regiões metropolitanas.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer um agradecimento especial a todos os srs. deputados que compreenderam a importância deste momento de criarmos e de instituímos de fato a região metropolitana da Grande Florianópolis.

Também quero agradecer ao governador Raimundo Colombo por ter tido o discernimento de encaminhar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa.

Eu tive a oportunidade de como secretário do Desenvolvimento Regional trazer esse tema para a pauta. E junto com o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento e várias outras entidades aqui da Grande Florianópolis trabalhamos intensamente para construir o projeto de lei que está sendo aprovado na data de hoje.

Sem dúvida nenhuma, isso vai trazer um novo alento, uma nova perspectiva de solução para os graves problemas da Grande Florianópolis, como mobilidade urbana, destino final de resíduos sólidos, saneamento básico, porque nós tendo esse mecanismo jurídico, essa instituição jurídica, que é a região metropolitana, para trabalhar em conjunto com os municípios da Grande Florianópolis, em parceria com o estado, vamos ter condições, sim, de alavancar recursos que existem de forma específica no governo federal para soluções de caráter metropolitano.

Na questão da mobilidade urbana mesmo a presidente Dilma anunciava, há tempos atrás, recursos na ordem de R\$ 50 bilhões. E se queixava que não tínhamos projetos. Pois bem, a Grande Florianópolis tem projetos. E agora, com a instituição da região metropolitana, teremos condições de nos habilitar a buscar esses recursos no governo federal para resolver esse grave problema da falta de mobilidade que estamos vivenciando, todos os dias, aqui, na Grande Florianópolis.

Portanto, agradeço a cada um dos srs. deputados, ao líder do governo que se empenhou muito.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, acho que é uma conquista importante. Houve um equívoco há uns anos, quando transformamos praticamente toda Santa Catarina em região metropolitana. Acho que hoje está se corrigindo e buscando outros municípios que tenha potencial para se transformar em região metropolitana. Mas acho que ganhou a Grande Florianópolis.

É um projeto importante, é um projeto que vem trazer e abrir caminhos para financiamentos, para a infraestrutura, eis que temos uma capital modelo para o país, em turismo.

Eu acho que hoje aqui se cumpre uma missão grande, fazendo com que Santa Catarina, representada por estes parlamentares que aqui estão, aprovam a região metropolitana da Grande Florianópolis.

O deputado Edison Andrino sempre foi um apaixonado por esta questão. E finalmente, deputado Edison Andrino, aconteceu hoje. Então, quero cumprimentar v.exa., em nome de toda a população da Grande Florianópolis, e dizer que o Parlamento cumpriu sua missão e deu condições de mostrar para o Brasil que agora é para valer, de verdade, a Grande Florianópolis é região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Presidente, eu também quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar esta Casa. E complementando o que disse o deputado Kennedy Nunes, na primeira vez em que foi votada a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis o João Henrique Blasi era deputado estadual, em 2007, e foi o relator do processo naquela oportunidade.

Lamentavelmente depois cometeu um erro quando se criou as secretarias regionais, extinguindo a região metropolitana que não tem nada a ver com a outra. Fizemos justiça agora, mas acho que vai ser a primeira experiência em Santa Catarina. E esperamos que dê certo, para que se possa espalhar para outra região do estado de Santa Catarina, com muito cuidado, porque região metropolitana tem característica própria de aglomerado urbano, de problemas comuns, que precisam ser resolvidos integralmente.

Para encerrar, sr. presidente, a região metropolitana é uma mãe para todos os deputados. Todos aqui vão levar uma porção de votos da Grande Florianópolis. Então, todos também estão cumprindo com esse gesto agora de tentar resolver esses problemas que são comuns de todos os municípios que compõem a nossa região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui inclusive justificar o meu voto de abstenção, não porque seja contra a região metropolitana. Sou extremamente favorável e, na época, fui contra que atingíssemos todo o estado de Santa Catarina com região metropolitana, por quê? Porque nós ainda temos uma confusão de desenvolvimento regional e aqui em Florianópolis uma das coisas que me preocupa é justamente essa estrutura de secretarias regionais. Pela informação que temos aqui, são 150 cargos na

secretaria regional e agora criando novos cargos para a região metropolitana.

Então, tem que resolver essa questão. Está muito confuso e, a partir desse debate, acredito que precisamos clarear. O projeto é importante, precisa ser pensado, a região precisa nesta integração de vários municípios pensar uma estratégia de desenvolvimento nas mais diversas áreas, seja na área de infraestrutura, de transportes, de saneamento básico, habitação e outros projetos que podem melhorar a vida da população aqui.

Então, por isso me abstenho, por essa confusão, pois é a terceira vez que aprovamos aqui projetos de Região Metropolitana de Florianópolis. Não concordo com esse tipo de atitude da forma que se usa esta Casa e a política no estado de Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria de já agradecer a aprovação pelos srs. deputados desta importante lei. Mas faço um destaque especial ao colega Renato Hinnig que na comissão de Finanças e Tributação, onde nós participamos, foi valente, brigou e trouxe a esta Casa um empenho especial para a aprovação desse importante projeto.

Portanto, parabéns ao deputado Renato Hinnig.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, às vezes ouço algumas coisas, mas gosto de deixar

claro. Ouvi o deputado Dirceu Dresch e quero pedir ao deputado que se absteve desta votação, e disse que não é contra, para esclarecer algumas coisas. Concordo com ele também de ser a terceira vez que votamos aqui. Mas, deputado Dirceu Dresch, quero pedir vênua a v.exa. para mudar esse voto, porque v.exa. é a favor da Região Metropolitana. Nós estamos votando a terceira vez, v.exa. tem razão. Mas é uma sequência, pois na primeira vez com os nossos votos contrários, inclusive do PT também, votamos pela extinção da Região Metropolitana. Na segunda vez, conseguimos fazer voltar a criação delas. E agora é a instituição. Então v.exa. não pode, por conta disso, se abster. Vote "sim", porque agora estamos instituindo a Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Dirceu Dresch, de qualquer forma penso que as secretarias regionais têm pouco tempo de vida pela frente. Penso que criamos a primeira Região Metropolitana, e brevemente esta Casa estará cumprindo a sua missão também de fechar o que não funciona e criar mais Regiões Metropolitanas para desenvolver o nosso estado e fazer a verdadeira descentralização sem cabides.

Em votação.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS STÜPP	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abst
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	abst
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PAULO FRANÇA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Foram 31 votos "sim", nenhum voto "não" e duas abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0109/2014, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina Rodovia Nazareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o município de Rio Rufino e o município de Urupema (entroncamento SC-370).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0114/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da rodovia SC-446, compreendido entre a Avenida Centenário, no município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no município de Içara.

Dentro desse projeto foi apensado o PL/0345/2013.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao governador do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao vice-governador do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Resolução n. 0014/2013, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a implantação da Rede Legislativa de TV Digital nas Câmaras Municipais do estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0086/2014, de autoria do deputado Gelson Merisio e outros, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu quero realmente solicitar aqui o amplo apoio dos nossos parlamentares a esse projeto que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias. Ele é de autoria dos deputados Gelson Merisio, Neodi Saretta e Volnei Morastoni, acolhendo propostas e sugestões em comum com diversas instituições, entidades farmacêuticas.

Quero aproveitar para registrar a presença no nosso recinto da dra. Hortência Salett, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina; do sr. Ronald Ferreira dos Santos,

presidente da Fenafar - Federação Nacional dos Farmacêuticos; do sr. José Amazonas Gaspar, da Associação Brasileira de Farmacêuticos e Proprietários de Farmácias; do sr. Gerson Appel, diretor da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais; do sr. Rodrigo Michels Rocha, presidente da Anfarmag - Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais/Regional Santa Catarina, e de outros representantes da categoria que estão aqui presentes também.

Então, é um projeto de lei que, na verdade, fortalece as farmácias que são estabelecimentos de saúde importantes dentro do atendimento à nossa população e que complementam o atendimento aos demais serviços de atenção básica, ou em todos os níveis de complexidade.

Os farmacêuticos, nessa sua formação, seja ela científica ou técnica, trabalham com afinco, carinho e ética, obedecem a uma legislação, naturalmente, e têm o seu conselho federal que fiscaliza.

Então, fiquemos tranquilos, porque as propostas apresentadas apenas ampliam também essas ações e serviços dos farmacêuticos e das farmácias para a nossa população.

Temos a tranquilidade da responsabilidade técnica, porque o farmacêutico é um profissional responsável, que está presente nesse estabelecimento, supervisionando-o, e está mais do que habilitado para todas essas ações importantes a que esse estabelecimento de saúde está autorizado a fazer.

Então, peço o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas. Tenho certeza de que isso é um reconhecimento e uma homenagem desta Casa ao profissional farmacêutico de nosso estado, por esse trabalho responsável e importante que presta à saúde da nossa população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma, quero cumprimentar o Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Fenafar, e a Hortência Salett Müller Tierling que muito honra a tradição das mulheres farmacêuticas do estado de Santa Catarina à frente do Conselho Regional de Farmácia.

Gostaria de dizer que essa categoria recentemente teve uma grande conquista no Congresso Nacional, que foi dizer o óbvio, mas com uma luta que durou 20 anos: que a farmácia é um estabelecimento de saúde e que não pode ser tratada de outra forma. Embora isso pareça óbvio, foi preciso uma luta de 20 anos para o Congresso Nacional assim dizer.

Agora eles trazem aqui esse projeto de lei que certamente vai ser aprovado, que modifica duas coisas substancialmente, sr. presidente. A primeira é que os farmacêuticos passam a ter condições de administrar as vacinas, que não deixam de ser também uma necessidade e que são creditadas a esses profissionais fazer. A segunda é que os farmacêuticos magistrais poderão prescrever, por exemplo, um shampoo ou algum produto que seja deles a autoria.

Dessa forma, sr. presidente, tenho certeza de que esta Casa caminha da mesma forma que o Congresso Nacional tem caminhado. Aliás, esses dois dispositivos já têm previsão em lei federal.

O estado de Santa Catarina passa a reafirmar que as farmácias são um espaço de saúde, também contemplando aqui as farmácias magistrais, e dá um passo adiante no sentido de reconhecer no farmacêutico um profissional de saúde. E esse projeto de lei amplia e dá ainda mais autoridade para esses profissionais atuarem, com a capacidade técnica que têm, nas áreas que são ampliadas e que já mencionei aqui.

Então, parabéns aos autores e também muito especialmente à categoria que hoje, à frente do

seu sindicato e dos seus conselhos, consegue mais uma vitória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não somente para reforçar o projeto, mas também para lembrar que o deputado Volnei Morastoni e eu propusemos um projeto de lei tratando desse assunto e depois fomos procurados pois havia uma nova redação que estava sendo discutida, que era mais ampla e mais completa. Fruto dessas conversas retiramos aquele projeto inicialmente proposto por nós. Mas subscrevemos, então, esse projeto mais amplo, juntamente com o deputado Gelson Merisio, que vem para esta Casa atendendo àquilo que era o debate que estava sendo feito com as entidades representativas e dentro daquilo que já foi dito também pelos deputados que me antecederam.

Então, reforçamos o pedido de apoio a esse projeto. Julgamos que estamos dando um passo importante também na regulamentação desse assunto.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a permuta de imóveis do Estado de Santa Catarina e do município São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável da comissão de Justiça, Finança e Trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero registrar a presença do vereador mais votado em Florianópolis, Tiago Silva, que hoje é secretário da Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença do vereador Tiago Silva. E também informa que a Mesa Diretora, na manhã de hoje, deliberou favoravelmente à cessão dos espaços que a secretaria, comandada pelo vereador, solicitou para a realização de eventos da prefeitura municipal, no nosso auditório, no mês de novembro.

Discussão e votação em turno único do Projeto Decreto Legislativo n. 0005/2014, de autoria da comissão especial, que indica o nome dos senhores Ivan Cesar Ranzolin, Sadi Lima e George Dias Zaccarão para recondução aos cargos de, respectivamente, Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor da Defensoria Pública.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sei da importância e da necessidade da indicação dessa nominata para que tenhamos a coordenação da Defensoria Pública, mas quero chamar a atenção dos parlamentares para o desafio

que se coloca, hoje, nesse órgão em Santa Catarina.

Nós temos apenas 21 núcleos. Há dois projetos de lei tramitando nesta Casa: um que trata da criação de cargos para nomeação de analistas e técnicos, para termos os 21 núcleos completos funcionados e atendendo bem toda a população catarinense, sobretudo, àquela que tem a renda até três salários mínimos. Mas quero chamar atenção também para outro projeto que tramita nesta Casa, que é o projeto que destina parte dos recursos, hoje, do Tribunal de Justiça para o pagamento dos advogados da Defensoria Dativa, que na nossa avaliação precisa ser muito bem discutido.

Eu gostaria que isso fosse registrado em ata, para que passado o período eleitoral possamos fazer um grande debate sobre a Defensoria Pública, contemplando nesse debate a ampliação dos núcleos para todas as cidades catarinenses, pensando na autonomia da Defensoria Pública além da sua ampliação e assim possamos aprovar esses dois projetos de lei que tramitam nesta Casa, mas com a garantia de que a Defensoria Pública precisa se consolidar e de fato garantir aquilo que está na Constituição Federal.

Que seja a última indicação e que na próxima nós possamos votar, garantindo o que a Constituição prevê: que é a nomeação dos próprios defensores públicos a ocuparem os três cargos na nomeação.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer um registro ao grande profissional, homem ilibado, que já foi presidente desta Casa e que agora vem receber o nosso aval, que é o sempre deputado Ivan Cesar Ranzolin, chefe da Procuradoria.

Tenho certeza de que ficamos por um bom tempo nesse processo dos advogados da Advocacia Dativa e

que agora estamos começando a caminhar mediante todo um histórico ou historicidade desse assunto.

Entendo que estamos avançando. E neste momento é importante, sim, passar por esta Casa essa indicação e fazer dessa forma como está sendo feita.

Então, quero deixar aqui o meu voto pela indicação dos três nomes que estão passando pelo nosso crivo aqui, que é o sempre deputado Ivan Razonlin, o sr. Sadi Lima e sr. o George Dias Zaccarão na recondução desses cargos da Defensoria Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri soares.

O SR. DEPUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Também registro a nossa tese de que tão logo tenhamos o prazo que nós mesmos definimos em lei quando criamos a Defensoria Pública, possamos escolher ou decidir o quadro da própria Defensoria Pública. Essa é a vontade geral daqueles servidores. E consideramos importante que seja assim, no sentido de garantir uma carreira e a viabilidade da carreira e também mais autonomia para essa instituição importante.

Evidentemente que não temos nada contra as pessoas que lá estão e que devem permanecer, até porque não temos ainda o prazo legal para a nomeação dos próprios defensores que ainda estão em estágio probatório.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria aqui de fazer referencia à comissão instituída por v.exa. no sentido de fazermos a análise dos currículos dos senhores que ora estão sendo indicados e dizer de que é um acordo com o sr. governador, o sr. vice-governador e o secretário da Casa Civil, juntamente com o senhor defensor-geral, o ex-deputado Ivan Ranzolin, e a comissão que ratificou a indicação vinda do governo do estado.

Então, quero fazer um agradecimento a todos os deputados que integraram essa comissão e desejar sucesso aos indicados, nessa missão, nos próximos dois anos.

Quanto ao pleito dos defensores, evidentemente que a lei prevê a sua indicação a partir do estágio probatório e, a partir disso, o governo, com certeza, aplicará a lei dentro dos ditames do que foi aprovado.

Muito obrigado a todos os deputados que participaram da comissão que analisaram os currículos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider!

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, já o fiz na condição de membro da nossa bancada na comissão. E, amigo Ivan Ranzolin, sempre deputado, a bancada progressista vota "sim".

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu gostaria, sr. presidente, de cumprimentar os srs. Ivan Ranzolin, Sadi Lima e George Dias Zaccarão pelo trabalho que realizaram até agora, mesmo com a dificuldade que tiveram certamente na

implementação dessa instituição. Também quero cumprimentá-los pela recondução para dar continuidade a esse excelente trabalho que vem sendo realizado.

Parabenizo todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Renato Hinnig!

Esta Presidência quer cumprimentar e, publicamente, reconhecer o importante trabalho feito nesse primeiro mandato pelo nosso sempre deputado e presidente Ivan César Ranzolin, pelo nosso grande tubaronense Sadi Lima e pelo Zaccarão.

Esta Casa Legislativa, esta Presidência, é testemunha ocular do grande trabalho, do grande esforço de v.exas. na implementação da Defensoria Pública, com todas as dificuldades iniciais, inclusive.

Sras. e srs. deputados, no momento da instalação da Defensoria, o nosso querido deputado Ivan Ranzolin e o Sadi Lima vieram a esta Casa na busca inclusive de móveis inservíveis, desta Casa, para poder instalar, uma vez que nem orçamento ainda existia para a Defensoria.

Foi um esforço pessoal muito grande do deputado Ivan Ranzolin e do sr. Sadi Lima que a Defensoria se consolidou. Por isso, o reconhecimento desta Casa Legislativa pelo grande e importante trabalho que v.exas. lideram. Por isso, a Casa vai à unanimidade, não tenho dúvida, para permitir as reconduções de v.exas. para os cargos.

Quero também, na condição de presidente, uma vez que estamos em calendário especial, com uma agenda intensa, agradecer muito ao deputado Aldo Schneider, ao deputado Moacir Sopelsa, ao deputado Neodi Saretta, ao deputado Valmir Comin, ao deputado Carlos Stüpp, ao deputado Daniel Tozzo e ao deputado Sandro Silva, porque apenas na manhã de hoje esta Presidência baixou o ato constituindo a comissão, e v.exas., mesmo com tantas atividades na Casa hoje, conseguiram se reunir, dedicaram-se a esta causa. Portanto, quero, em nome da Presidência, agradecer a v.exas. pelo empenho,

porque se não tivéssemos concluído esse trabalho hoje, deputado Aldo Schneider, a nossa Defensoria Pública ficaria acéfala a partir do próximo dia 17 de setembro, já que só retornaremos às atividades em plenário no dia 7 de outubro.

Portanto, muito obrigado pela dedicação, pelo empenho, pela responsabilidade com que v.exas. atuaram.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o Projeto Decreto Legislativo n. 0005/2014.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Srs. deputados, sras. deputadas, com a aquiescência dos líderes, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h45, para votarmos o segundo turno de uma matéria, o segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2014 e as redações finais.

Está encerrada a presente sessão.